

Segundo informa hoje um diário corunhês, efectivos da Polícia municipal impediam ontem a um nutrido grupo de jovens encarapuçad@s a “retirada ou queima” da bandeira espanhola chantada no passeio marítimo herculino. A citada fonte assegura que 20 moços e moças se teriam deslocado até o mastro de que pende a ensenha estrangeira com bandeiras da Pátria –“bandeiras galegas com umha estrela vermelha no seu centro”, segundo o diário- na que seria a primeira tentativa efectiva para eliminar o símbolo espanhol. A dotação da Polícia municipal que vela pola segurança da bandeira de Espanha durante as 24 horas do dia desde o 12 de Outubro, teria-se visto rebordada pola situação, chamando um outro carro patrulha e umha furgoneta na que se deslocárom um novo grupo de agentes. Segundo a mesma fonte, o efeito dissuassivo da maior presença policial teria impedido a execução do “tarde ou cedo vamo-la queimar!” que coerárom há agora um mês dezenas de manifestantes. O fracasso desta primeira tentativa nom deixa de por de relevo umha outra questom: o conflito permanente que traz a presença do símbolo imperialista e o compromisso que a Polícia local corunhesa adopta com a protecção dum ícone que representa por excelência a opressom e a negação da Galiza. O corpo policial municipal adquire assim, somando-o à tradicional função de cam de presa contra o exercício da liberdade de expressom que pratica na Corunha, umha posição política clara perante um conflito social como o que vive a cidade herculina após a imposição da bandeira de Espanha no Orçám. Da nossa óptica, quem apresentando-se como “serviço público” perseguem o exercício de liberdades fundamentais e contribuem manu militari, pola força da violência, a perpetuar a presença dum símbolo rechaçado por milhares de corunheses e corunhesas, devem assumir politicamente a sua condição e o facto de serem tratados e assinalados socialmente como o que som: parte dum aparelho repressivo estatal destinado a acoutar e afogar os nossos anseios de liberdade como povo. A Polícia Local corunhesa tem-se posicionado e a cidadania deverá fazer o próprio perante os que, desde os uniformes e o emprego institucionalizado da violência, garantem a permanência da actual situação. O debate social nom deveria situar-se agora, na nossa opinião, apenas sobre o maior ou menor custo económico da protecção do símbolo re-habilitado por Francisco Franco, as “melhores medidas” para protege-lo, ou a acomplexada patologia espanholista que padece o regedor corunhês, mas, particularmente, sobre o facto de que instituições públicas imponham contra a vontade cidadá umha simbologia alheia e opressora e mantenham esta situação de imposição, unicamente, através da coacção, a força e a violência, dado que a ensenha espanhola carece, na Corunha e na Galiza, do respeito e a legitimidade social de que goçam os nossos símbolos nacionais, e que som os únicos elementos que podem garantir umha permanência normalizada.